

10 FEV 1985

O ESTADO DE S. PAULO —

CNBB quer que povo debata a Constituinte

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou nota ontem, pedindo a participação do povo na preparação e trabalhos da futura Constituinte, "para que a nova Carta não seja fruto de gabinetes e represente a expressão da vontade popular, cujos anseios, atualmente, estão bastante claros", segundo disse o vice-presidente da CNBB e arcebispo de Uberaba, dom Benedito de Uíhoa Vieira, ao divulgar o documento.

Na época do AI-5, lembrou dom Benedito, o governo mandava e julgava, como um monarca soberano e irrevelável. "Hoje, contudo, as pessoas estão se reeducando e, com essa aurora diante de democracia, passarão a ver o presidente da República aquilo que a lei permite que ele seja", afirmou o vice-presidente da CNBB, acrescentando que, por essa razão, acredita que todos os segmentos da sociedade tenham participação na Constituinte.

"É desejando contribuir para a verdade do momento constituinte", diz a nota, "que a presidência da CNBB pretende sugerir à Igreja do Brasil que, desde agora, se volte para o trabalho de ampla consulta aos seus próprios quadros". Segundo dom Benedito, a Igreja vai estimular a consulta aos grupos existentes nas mais diferentes comunidades. "Vamos cutucar todo mundo para que todos façam alguma coisa", explicou, ressaltando que "quanto maior o fermento, maior será a participação popular numa nova Lei Máxima".

A nota da CNBB, pedindo a participação popular na Constituinte e prometendo ouvir a comunidade, é o resultado de um trabalho realizado

por uma comissão de leigos, que contou com a presença de alguns bispos e foi revisto pela presidência da Conferência. Essa nota, além de divulgada para a imprensa, foi encaminhada ao presidente eleito Tancredo Neves.

"Não quisemos apresentar sugestões concretas sobre o que deveria ser considerado numa nova Constituição", esclareceu dom Benedito. "Preferimos fazer um apelo para a participação popular". Ele contou que a CNBB poderá constituir uma nova comissão para examinar o assunto, se vier a receber um material expressivo em sua consulta às bases.

Além de dom Benedito de Uíhoa Vieira, assinam a nota da CNBB seu presidente, dom Ivo Lorscheiter, e o secretário-geral dom Luciano Mendes de Almeida. Depois de ressaltar que se associa "ao júbilo da sociedade brasileira pelo importante passo ocorrido a 15 de janeiro", o documento dos bispos assinala: "Mas esta foi apenas a primeira etapa de reconciliação entre os anseios da sociedade civil e da ordem pública e social. A esperança nacional agora se volta para uma Assembléia Constituinte, cuja convocação deve responder à exigência essencial de participação popular".

Em outro trecho, a nota diz: "Neste debate não se faz ouvir as novas vozes do Brasil que cresceu em duas décadas entre mudanças e contradições. A Nova República será, assim, a expressão não só da vontade dos partidos, mas também da consciência cívica que foi às ruas, cujo capital político precisa ser colhido, valorizado e incorporado. O êxito total da esperada abertura depende do atendimento deste clamor na convocatória à Constituinte". Os bispos afirmam por fim esperar "para o Brasil dias melhores, com estabilidade constitucional e sadio clima de verdadeira democracia".